

As escalas do planejamento.

Teorias, conceitos e reflexões contemporâneas.

Jeferson Tavares/Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP)

RESUMO GERAL

O objetivo dessa Sessão Livre é discutir teorias e conceitos relacionados ao processo de urbanização no Brasil contemporâneo que colaborem para elucidar os fenômenos recentes marcados pela intensa relação interescalar no ordenamento do território. As propostas partem de experiências de pesquisa, ensino e extensão (disciplinas de graduação e pós-graduação, projetos, planos, etc.) desenvolvidas a partir da universidade pública junto à sociedade nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Os(as) proponentes integram o Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). O LEU é uma rede nacional de docentes de universidades públicas com o propósito de proporcionar debates e experiências inventivas no campo do urbanismo como instrumento de influência sobre as políticas públicas de desenvolvimento urbano, regional e territorial. A rede é reconhecida como grupo de pesquisa cadastrado no Diretório do CNPq e é composto por arquitetos e urbanistas. Conta com a colaboração de outras áreas de conhecimento (do meio ambiente, da geografia, das ciências políticas, das ciências sociais, da história, do direito, das engenharias, da economia, etc.) e se propõe a formular propostas urbanísticas interdisciplinares e interescares atentando-se às especificidades e potencialidades de cada região. Seu objetivo principal é promover experiências urbanísticas no meio acadêmico a partir da pesquisa, do ensino e da extensão e difundir seus resultados junto a órgãos estatais e não estatais como meio de influência em políticas públicas para o desenvolvimento socioterritorial.

As experiências trazidas para o presente debate têm sido objeto de discussões interdisciplinares em diferentes âmbitos acadêmicos, da gestão pública e da sociedade civil. E elas podem ser assim sintetizadas: são estudos sobre processos de urbanizações de algumas cidades pequenas do Semiárido do Rio Grande do Norte que resulta em uma rede urbana interiorizada cuja cidade polo é o município de Pau dos Ferros-RN e leva em conta sua função regional e estratégica em serviços na microrregião do Alto Oeste Potiguar (promovidas pelo GPUR-UFERSA); práticas de planejamento que se desdobraram do PDDI da Região Metropolitana de Belo Horizonte que envolvem vários municípios e compreendem a realidade a partir do Parque Nacional da Serra do Gandarela por multiplicidade de agentes (entes públicos, comunidades, sociedade organizada, universidade, etc.) (promovidas pelo grupo Trama Laboratorio de Planejamento e Projeto urbano e ambiental); estudos sobre a tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina focados nas cidades de Foz do Iguaçu-PR, Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) integrados com a Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA) (promovidos pelo grupo LURe); e as experiências da Nova Centralidade para Lagarto-SE que observa as funções regionais do município no interior do Nordeste a partir da lógica da metropolização das cidades de médio porte e que foi empreendida com a prefeitura municipal e a Fundação Pio XII (promovidas pelo grupo PExURB).

Essas experiências foram amplamente debatidas em encontros nacionais acadêmicos e em simpósios e seminários com discussões interdisciplinares. Nesses eventos, buscou-se compreender com maior profundidade o contexto dessas experiências e os temas dominantes.

Assim, essas discussões demonstraram a necessidade de aprofundar teorias e conceitos que colaborem na compreensão do atual momento do processo de urbanização bem como da prática do planejamento contemporâneo brasileiro e estrangeiro. Alguns conceitos e terminologias hegemônicas assumidas pela literatura nacional sobre planejamento urbano e regional no Brasil, desde os anos 1950, têm sido assimiladas por novos significados; ao passo em que outros são utilizados de maneira anacrônica buscando explicar fenômenos contemporâneos à luz de referenciais que não respondem ao seu significado original. Sem desconsiderar a trajetória histórica dessas definições e referências, os estudos apontam para a necessidade de um entendimento sobre suas origens bem como sobre as novas referências que possam colaborar no entendimento dos atuais fenômenos que marcam a urbanização.

As mudanças decorrentes do cenário global da urbanização, da reestruturação produtiva, das políticas públicas nacionais dos últimos quarenta anos e da própria revisão historiográfica sobre as cidades têm demonstrado a necessidade de um aprofundamento teórico e conceitual sobre essas referências. Bem como – e principalmente – a incorporação de novas interpretações que busquem explicitar com maior fidelidade as particularidades do atual momento, no Brasil.

Perpassa esse debate a compreensão interescalar que se concretiza pela intensificação das relações urbano-regionais, pela mudança de paradigmas ambientais, pelo rompimento das dicotomias presentes nos conceitos de centro-periferia, cidade-campo e rural-urbano. Não apenas o movimento do capital ou da iniciativa privada promovem essas transformações, mas também o planejamento por meio do Estado em seus diferentes níveis: União, estados e municípios. E com a necessidade de rever as formas atuais de concepção e execução de políticas públicas, a presente sessão busca ampliar o debate afim de contribuir com uma base metodológica para compreender o território para além das fronteiras político-administrativas.

Essas evidências, consolidadas no nível do tecido urbano, colaboram no entendimento de uma reestruturação territorial em curso baseada nas relações interescares do planejamento e da urbanização que requerem novos entendimentos sobre esses efeitos e, por isso, uma reflexão sobre possíveis ideias, teorias, conceitos e definições.

A presente sessão propõe-se a um desafio permanente em diferentes áreas de conhecimento, muito presente nas áreas de planejamento urbano e regional e da arquitetura e urbanismo de rever os conceitos e as teorias dominantes herdadas do século XIX e primeira metade do século XX frente às transformações das cidades. Para a prática do planejamento, será possível manter a dissociação entre o debate urbano e o debate ambiental?; ou trabalhar com a visão antagônica, como já mencionado, entre cidade, campo, rural?; ou abordar as práticas de ordenamento territorial de forma escalar?

A eminência de problemas da gestão pública, as dinâmicas demográficas, o novo estágio do desenvolvimento capitalista, a agenda do desenvolvimento

sustentável e as pautas étnicas, de gênero e classe exigem da prática uma inflexão teórica e conceitual frente às novidades e às revisões historiográficas. Considerando que esse debate deve abrir novas reflexões, a finalidade da sessão é problematizar essa pauta.

URBANIZAÇÃO DA REDE DE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS DO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Tamms Maria da Conceição Morais Campos/UFERSA

O surgimento de novas centralidades urbanas em decorrência da expansão do sistema de objetos e sistema de ação não é recente, porém, tem determinado um rumo de importantes atividades econômicas para o interior do território permitindo a propagação de atributos restritos às metrópoles em espaços urbano-regionais de cidades de menor porte. Os desdobramentos dessa configuração incidem sobre a formação da rede de cidades na região do Nordeste Brasileiro, imprimindo um processo de urbanização do território intensificado nas últimas décadas. Baseado neste contexto, tem-se como objetivo discutir implicações e decorrências da produção do território do Semiárido, seus processos e agentes, na reestruturação territorial e na transformação da paisagem resultante da formação de uma trama de cidades e suas hinterlândias interconectadas e hierarquizadas. Pretende-se, assim, contribuir para uma reflexão teórica necessária ao conhecimento científico sobre o território, o urbanismo e o planejamento urbano e regional, numa perspectiva contemporânea de cidades pequenas e médias que apresentam dinâmicas e importância a nível Regional no Semiárido Nordeste. Portanto, serão analisadas abordagens teórico-metodológicas e empíricas que contribuem para o entendimento da dinâmica urbano-regional das cidades do Semiárido Nordeste as quais consolidam e/ou complementam uma rede urbana interiorizada em diferentes escalas.

TRAMA VERDE E AZUL: INTERESCALARIDADE E O URBANO-AMBIENTAL NAS EXPERIÊNCIAS EM ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO DA UFMG

Elisângela de Almeida Chiquito/UFMG

Esta comunicação busca discutir a dimensão ambiental como uma importante estratégia de articulação entre as diferentes escalas territoriais e de planejamento, redes de agentes sociais, governamentais e da universidade e suas institucionalidades a partir das experiências de ensino-pesquisa-extensão colocadas em prática na RMBH através da Escola de Arquitetura da UFMG, tendo como principal referência o conceito Trama Verde e Azul (TVA) do PDDI-RMBH. A TVA tem como principal objetivo assegurar a continuidade entre áreas de interesse ecológico, ambiental e paisagístico valendo-se da morfologia do território tais como as serras e as cadeias de morros, os fundos de vale e sua rede hidrográfica, incorporando e conectando unidades de conservação e complexos ambientais culturais para promover a biodiversidade, contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, reforçar sua identidade cultural e paisagística e promover o acesso à natureza criando oportunidades para o lazer, o turismo e a convivência social. (PDDI, 2015) As experiências tem sido desenvolvidas

através de disciplinas, ações extensionistas e pesquisa no sentido de associar teoria e prática, desenvolvendo perspectivas de desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas associadas à conservação ambiental através de uma visão integradora e não setorial e buscando superar a dicotomia urbano-rural.

REGIONAL DESIGN: NOVAS PRÁTICAS PARA DESAFIOS ATUAIS

Gislaine Elizete Beloto/UEM

Novos aportes metodológicos e conceituais surgem diante dos atuais desafios do planejamento urbano e regional. Dentre os desafios estão a interesalaridade dos lugares, o desenvolvimento sustentável e a gestão do território, os quais constituem o cerne de práticas urbanísticas desenvolvidas mais amplamente nos Países Baixos e na Itália, reunidas sob a denominação de *Regional Design*. Ao deixar de lado o planejamento regulatório, o *Regional Design* leva em consideração as estruturas regionais e os processos territoriais, visando a articulação de atores públicos e privados. Seu propósito é o projeto do território, portanto as representações espaciais, os mapas e os modelos são peças-chave dessa prática, sendo a cidade-região a escala preterida. O *Piano Strategico 2030* para a *Città Metropolitana di Firenze*, aprovado em 2017 e elaborado com a participação do *Regional Design Lab* da Universidade de Firenze, foi utilizado como referência metodológica para a seguinte reflexão: no Brasil, país cuja historiografia do planejamento demonstra a elaboração de importantes planos regionais, mas que de fato pouco se implementou devido à também histórica lacuna entre os entes federativos promovida pela falta de regulamentação da região como uma entidade administrativa, o *Regional Design* é uma prática possível?

METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: INTERPRETAÇÕES E EVIDÊNCIAS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Jeferson Tavares/IAU-USP

Como a metropolização pode ser definida a partir das transformações atuais do processo de urbanização? Ao buscar responder essa questão, o objetivo central é compreender as interpretações e as evidências desse fenômeno à luz das ações planejadoras e da provisão de infraestrutura no território nacional. Assim, parte-se da compreensão desse termo à luz das experiências internacionais (latino-americanas e europeias) e como autores brasileiros têm abordado esse tema no território nacional. Destaca a circulação de ideias, as influências, os diálogos, mas também as particularidades do caso brasileiro e aprofunda a análise buscando suas origens e as condições gerais. Os objetos de análise são os resultados das políticas públicas de desenvolvimento urbano praticadas entre 1990 e 2019, no Brasil pelo governo federal, a partir dos quais é possível identificar uma tendência à regionalização do ordenamento do território pelas infraestruturas estatais. Quando contrapostas aos modelos vigentes desde os anos 1950 de espaços polarizados, organizados por lugares centrais, hierarquias urbanas e urbanização concentrada, observa-se movimentos de mudanças de paradigmas influenciados pelo planejamento

praticado em diferentes escalas. A provisão de infraestruturas promovida nos últimos trinta anos intensificou transformações em curso desde os anos 1970 e reforçou as interdependências municipais e as mudanças na hierarquia da rede urbana nacional.